

# Oleiros isenta municípios do pagamento de água e pede solidariedade à Águas de Portugal

30 de Outubro, 2017

A Câmara de Oleiros vai isentar todos os municípios das zonas atingidas pelo incêndio de dia 15 do pagamento da fatura da água de outubro, disse hoje o presidente do município à agência Lusa.

“Vamos [câmara] isentar todos os municípios das zonas afetadas pelo incêndio do pagamento da fatura da água de outubro”, explicou o presidente deste município do distrito de Castelo Branco. Fernando Marques Jorge adiantou que vai escrever uma carta ao grupo Águas de Portugal (AdP) a pedir que colaborem com o município de Oleiros na tomada desta medida.

“Vou escrever uma carta à Águas de Portugal, a pedir a sua solidariedade face a esta medida, porque a câmara municipal não consegue aguentar com tantos custos”, afirmou. Sublinhou ainda que, neste momento, a maior preocupação da autarquia tem a ver com as chuvas e o arrasto das terras e das cinzas das encostas.

“As pessoas vão vender toda esta biomassa, porque há quem compre. Mas se retirarem todas estas árvores e elas não ficarem atravessadas no sentido horizontal das encostas, vai haver arrastamento de terras, cinzas e águas que podiam ficar aqui aloçadas. Já questionei o Governo sobre isto e ainda não tenho nenhuma resposta”, frisou.

O autarca adiantou que tem colocado esta questão em todas as reuniões que participou, mas, até ao momento, não obteve qualquer resposta para uma situação que considera prioritária. “É fundamental, não só para o futuro próximo de Oleiros, como para a própria poluição das águas do rio Zêzere, para a retenção das águas e das terras nas encostas e, até ao momento, não tenho conhecimento das medidas que o Governo quer tomar”, disse.

Fernando Marques Jorge entende que, neste momento, a situação passou a ser tão prioritária como tudo o que tem sido feito. “Isto era importante e, neste momento, já é uma urgência, porque parece que vem aí chuva. Se há derrocadas, isto é mau para toda a gente, para Lisboa, para o país, para toda a gente. Devia haver uma medida do Governo para saber qual é o critério que se deve utilizar para segurar terras e águas ao nível das encostas”, concluiu.